

SUBALTERNOS E PERIFERIAS: UMA LEITURA A PARTIR DE GRAMSCI

SUBALTERNOS Y LOS SUBURBIOS: UNA LECTURA DESDE GRAMSCI

SUBALTERN AND SUBURBS: READING FROM GRAMSCI

Giovanni Semeraro¹

Resumo: Além dos temas mais conhecidos sobre hegemonia, intelectuais, partido, classe operária e das questões sociais, culturais e políticas vinculadas à Itália e à Europa, Gramsci dedica parte considerável das suas reflexões aos “grupos sociais subalternos” e aos fermentos que ocorrem nas “periferias” do sistema. Neste texto, portanto, se procura analisar esse universo, não apenas para chamar a atenção sobre um assunto pouco considerado pelos estudiosos de Gramsci, mas principalmente para resgatar elementos de grande valor e originalidade que podem contribuir ao debate que hoje se trava em torno dos numerosos movimentos de insurgência nas periferias e do significado das prementes reivindicações que as manifestações dos “subalternos” levantam em diversas partes do mundo.

Palavras-chave: Gramsci – Política – Educação – Movimentos sociais

Abstract: Besides the well-known themes of hegemony, intellectuals, party, working class and the social, cultural and political problems concerning Italy and Europe, Gramsci devoted considerable part of his reflections on “subaltern social groups” and ferments that occur in the “peripheries” of the system. This paper, therefore, intends to analyze this universe, not only to draw attention to a subject overlooked by scholars of Gramsci, but mainly to rescue elements of great value and originality that can contribute to the debate that rages today about the numerous insurgency movements in the periphery and the meaning of the pressing demands that the manifestations of “subordinate” up in various parts of the world.

Key words: Gramsci – Politics – Education – Social Movements

Resumen: Además de los temas de la hegemonía, intelectuales, partido, clase obrera y de la realidad social, cultural y política da Italia y Europa, Gramsci dedica una parte considerable de sus reflexiones sobre los "grupos subalternos sociales" y los problemas que se pasan en la “periferia” del sistema. En este trabajo se pretende analizar este universo, no sólo para llamar la atención sobre un tema ignorado por los estudiosos de Gramsci, pero sobre todo para rescatar elementos de gran valor y originalidad que pueden contribuir al debate que bulle en torno a numerosos movimientos insurgentes en las periferias y el significado de las reivindicaciones apremiantes que las manifestaciones de los "subalternos" levantan en muchas partes del mundo.

Palabras clave: Gramsci - Política - Educación - Movimientos Sociales

O olhar surpreendente de Gramsci em relação aos subalternos e às periferias

No caderno 25 Gramsci descortina um grande campo de pesquisa e esboça originais reflexões sobre os “grupos subalternos”, setores sociais silenciados e pouco considerados pelas teorias políticas e pelo próprio marxismo da época. Escrito em 1934, com suas forças físicas e intelectuais já minadas, as 15 páginas desse caderno retomam e amadurecem idéias introduzidas no ensaio *Alguns temas da questão meridional* (1926)², nas 13 notas registradas nos cadernos 1 e 3 (1930) e na nota 81 do Caderno 9 (1932). No ambicioso plano de estudo que desenha no caderno 25, Gramsci traça critérios metodológico-interpretativos e reúne uma considerável quantidade de dados e de bibliografia sobre os levantes populares

de caráter religioso-político na Itália; sobre as rebeliões de camponeses; as resistências dos escravos em Roma; as organizações populares na Idade Média e nas comunas italianas (precursoras dos partidos, sindicatos e associações modernas); um brevíssimo pró-memória sobre “Homo faber. História do conceito do trabalho na civilização moderna” (de A. Tilgher); considerações sobre as utopias, a literatura popular, os romances filosóficos e também referências à questão do racismo, da mulher, do machismo, temas tocados em diversas notas anteriores. Embora muitos assuntos restem em aberto e apenas anotados para ulteriores aprofundamentos, Gramsci introduz uma visão surpreendente em relação ao complexo universo dos “grupos subalternos”. De um lado, reconhece que estes atuam de forma “desagregada e episódica” e “sofrem a iniciativa da classe dominante” que controla o aparelho do Estado. Por outro lado, valoriza “todo sinal de iniciativa autônoma”³, as ações de resistência e criatividade popular que exercem contínua pressão frente aos centros de poder. Portanto, além de resgatá-los da desqualificação e do estigma da “loucura” que os intelectuais da burguesia lhes atribuem, Gramsci indica critérios para que os “subalternos” possam recuperar sua história, organizar-se politicamente para sair das “margens da história”, construir e dirigir um novo tipo de Estado com base em uma inédita concepção de hegemonia.

Mas, não é só no caderno 25 que Gramsci se dedica a esse tema, porque ao longo da obra carcerária há uma recorrência freqüente dos termos “subalterno” (26 vezes), “subalternos” (54 vezes), “grupos subalternos” (20 vezes), “classes subalternas” (53 vezes). Trata-se de um conjunto de janelas abertas sobre esse “grande microcosmo” que amplia enormemente o conceito de classe⁴. Juntamente com essas incursões, devem ser levadas em consideração as críticas que Gramsci levanta contra o Norte, o “‘polvo’ que se enriquecia às custas do Sul”⁵, e contra os estereótipos que escavam o abismo entre centro e periferia, superior e inferior, Ocidente e Oriente, nacional e internacional. Em seus escritos não faltam ironias diante do “chauvinismo frenético” de intelectuais “cosmopolitas” que exaltavam “as glórias romanas, as repúblicas dos mares e o despontar de talentos individuais de artistas, literatos, cientistas de fama mundial”, atitudes que alimentavam “uma xenofobia popularesca” e “uma abstrata reivindicação imperial contra todos”⁶. Assim, também, embora reconheça a hegemonia da Europa e dos Estados Unidos no mundo, Gramsci chama a atenção sobre a dinâmica e a complexidade de outras regiões consideradas “atrasadas” como a chinesa, a japonesa, a indiana, a islâmica, a árabe, a sul-americana⁷. Está convencido de que a “unificação do gênero humano” e a construção de uma nova “civilização acontece pela colaboração de todos os povos”⁸ e que seu processo não é reservado unicamente a poucos iluminados, mas, “tende a ser popular, de massa, de caráter concretamente mundial, modificando (ainda que com o resultado de combinações híbridas) o pensamento popular, a mumificada cultura popular”⁹. Explica-se, assim, porque Gramsci foi uma das raras vozes que se levantaram contra a cultura colonialista muito em voga na sua época, quando pela “guerra as colônias foram exploradas de forma inaudita... por muitos anos nós europeus vivemos da morte dos homens de outras raças: nos alimentamos como vampiros inconscientes do seu sangue inocente”¹⁰. Como se sabe, idéias colonialistas eram disseminadas na Itália não apenas na cultura e nos planos políticos, mas, inclusive entre grandes intelectuais como B. Croce, G. Gentile, G. Salvemini, L. Sturzo e o próprio A. Labriola¹¹. Em oposição a essa mentalidade,

Gramsci aprofunda as denúncias de Marx sobre a situação dos países periféricos subjugados ao capital e se sintoniza com as idéias de Lênin que condena abertamente o colonialismo, estimula e apóia as lutas nacionais de libertação e independência. Posições tanto mais impactantes quando se considera que o racismo, a escravidão e o colonialismo impregnavam profundamente a orientação teórica predominante e as políticas do liberalismo, como mostra exaustivamente D. Losurdo¹².

Ao aprofundar a visão de Marx e Lenin, Gramsci subverte a concepção tradicional de política e de filosofia, colocando-as em íntima e inseparável relação com as lutas dos “subalternos” e a fermentação nas periferias, estabelecendo uma profunda simbiose entre o “saber” intelectual e o “sentir” popular¹³, entre a elaboração teórica e a prática dos “simples”. Essa virada revolucionária é retratada argutamente por G.Baratta:

Heidegger redescobria a “pergunta sobre o sentido do ser”. Gramsci se interrogava: “o que é o homem?”, a “pergunta primeira e principal da filosofia” (Q 10 II 54 1343). Heidegger *repetia*, de forma original, o solipsismo ontológico da grande maioria dos filósofos ocidentais. Gramsci *sabia*, como Marx, que o único modo de vencer o solipsismo do pensamento é conjugá-lo com a prática socializadora. No entanto, a prática não a fazemos, em primeiro lugar, nós, filósofos e intelectuais, mas os *outros*, proletários do mundo todo, os subalternos¹⁴.

A este eloquente paralelo deve-se acrescentar que a pergunta “o que é o homem?” é abordada por Gramsci na ótica de uma outra “o que o homem pode vir a ser?”¹⁵, deixando claro que não busca uma presumida “essência” imutável, mas as possibilidades que se abrem aos homens no processo histórico e nos embates políticos, principalmente aos que lutam para se livrar da “subordinação” e da “marginalização”. Devido a essa inovadora visão e à sua original elaboração teórico-conceitual, Gramsci acabou assumindo uma importância crescente também nos *Subaltern Studies* e nos *Postcolonial Studies*, até o ponto de algumas categorias dele serem consideradas fundamentais na configuração de “uma cartografia planetária”¹⁶. Como poucos, de fato, Gramsci analisa o sistema mundial estruturado para centralizar o poder e gerar “subalternos” e “periferias”. Inspirando-se nas distorções que Gramsci havia desmascarado na burguesia italiana em relação ao Sul, por exemplo, E. Said mostra a falsificação ideológica subliminar existente nos estudos ocidentais que se dedicam a “compreender” e interpretar o Oriente, retratando-o como um mundo inferior e uma cultura atrasada, como uma realidade estranha e ameaçadora¹⁷. Tais análises permitem perceber mais nitidamente como, hoje, o árabe, o chinês, o africano, o latino-americano, o migrante, o “extra-comunitário” continuam sendo estigmatizados e desqualificados. Além das conexões feitas por diversos autores que se dedicam aos estudos dos “subalternos” e das “periferias” em várias partes do mundo¹⁸, não se pode esquecer que também na América Latina são significativas as inspirações derivadas de Gramsci na pedagogia, na filosofia e na teologia da libertação, nos movimentos sociais e nos estudos sobre a “colonialidade”¹⁹.

A questão da espontaneidade e da direção

Sem poder nos adentrar nos “usos” do pensamento de Gramsci feito por esses setores, aqui importa observar que as referências às suas idéias são crescentes não apenas no âmbito da política e da

academia, mas também nos inúmeros movimentos populares e nos estudos dos “subalternos” espalhados pelo mundo. Um fenômeno que, com todos os seus problemas, certamente, atualiza, amplia e aprofunda a compreensão do seu legado, até hoje mais estudado na óptica do partido, da classe operária e das questões políticas ocidentais.

Nos escritos de Gramsci, na verdade, há muitas indicações que revelam atenções a outros atores políticos e a diversos problemas sociais. Esclarecedor, por exemplo, é o §1 do Caderno 27, dedicado ao “folclore”, onde “o povo” é definido como “o conjunto das classes subalternas e instrumentais de toda forma de sociedade até agora existida” (p.2312). Como observa Baratta, Gramsci faz uma distinção (não separação) entre “classes instrumentais e subalternas”. Quer dizer, entre “classe operária” (instrumental) - vinculada diretamente às atividades da fábrica - e “subalternos”, estratos da população sem vínculo direto com a produção industrial ²⁰. Uma distinção que, hoje, poderia ser traduzida entre os subalternos absorvidos no sistema e os descartados que vivem à margem dele, entregues a si mesmos, muitas vezes, “subalternos dos próprios subalternos”. Nesses últimos, estariam incluídos os super-explorados (precarizados, sub-contratados, terceirizados, trabalhadores informais) e o crescente contingente de desempregados, de setores sociais à deriva, amontoados nas favelas e nas periferias, os migrantes e os grupos étnicos estigmatizados, os que são empurrados para o “inferno das sub-classes” ²¹. Essa distinção, para Gramsci, não leva a uma separação e menos ainda à desqualificação dos “grupos sociais subalternos”.

No caderno 3, § 48 (*Passado e presente. Espontaneidade e direção consciente*), Gramsci observa que “o elemento de espontaneidade é característico da ‘história das classes subalternas’ e até dos estratos mais marginais e periféricos dessas classes, que não alcançaram a consciência da classe ‘para si’ e que por isso nem suspeitam que a sua história possa ter alguma importância, e que tenha algum valor deixar registros documentários” (p. 328). Mas, nesse mesmo importantíssimo parágrafo, lembra que o movimento dos *Conselhos de fábrica* e *L’Ordine Nuovo* de Turim experimentou concretamente que a “unidade da ‘espontaneidade’ e da ‘direção consciente’, ou seja, da disciplina, é exatamente a ação política das classes subalternas, enquanto política de massa e não simples aventura de grupos que apelam à massa” (p. 330). Gramsci, de fato, ainda que atribua grande papel ao partido, reconhece a importância da espontaneidade das massas e das iniciativas dos grupos subalternos na crescente importância da sociedade civil. Para ele, o marxismo “não pode estar em oposição com os sentimentos ‘espontâneos’ das massas”, uma vez que “entre eles há diferença ‘quantitativa’, de grau, não de qualidade”. Ao evocar a lição de Marx na *Sagrada família*, onde se estabelece uma relação entre o modo de fazer política na França e na Alemanha, Gramsci defende a necessidade de formar uma unidade entre “espontaneidade” e “direção consciente”, ou seja, uma osmose, uma “tradutibilidade” de uma para outra e vice-versa. A iniciativa que nasce de baixo, para Gramsci, é tanto importante quanto a necessidade da direção e a função dos intelectuais. Por isso, alerta: “Negligenciar e pior desprezar os movimentos assim chamados ‘espontâneos’, ou seja, renunciar a dar a eles uma direção consciente, e elevá-los a um patamar superior introduzindo-os na política, muitas vezes, pode trazer conseqüências extremamente sérias e graves” ²².

Desta forma, se é verdade que Gramsci alerta sobre os perigos do “subversivismo esporádico e desorgânico”, sobre o populismo e as ambigüidades presentes no mundo popular ²³, por outro lado, levanta também suas duras críticas contra a burocratização do partido, “contra as tendências a mumificar-se e a tornar-se anacrônico. Os partidos nascem e se organizam para dirigir a situação em momentos historicamente vitais para as suas classes; mas, nem sempre sabem se adaptar às novas tarefas e às novas épocas... a burocracia é a força rotineira e conservadora mais perigosa; se ela der lugar a uma corporação, fechada em si e independente das massas, o partido acaba por tornar-se anacrônico, e nos momentos de crise aguda é esvaziado de seu conteúdo social e permanece suspenso no ar”. Particularmente nos momentos de crise da hegemonia da classe dirigente - continua -, quando esta perde o consenso das grandes massas e, portanto, “quando o campo se abre às soluções de força, às atividades de potências obscuras representadas por homens providenciais ou carismáticos”, quando se fortalece “o poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da Igreja” e de todos os organismos conservadores, é fundamental que o partido saiba se sintonizar com as reais aspirações das grandes massas, que “avançam reivindicações que no seu conjunto desorgânico constituem uma revolução” ²⁴.

Frente às diversas derrotas do partido, algumas delas sofridas na própria pele, Gramsci alerta que “A nova construção pode só nascer de baixo, enquanto toda uma camada nacional, a mais baixa econômica e culturalmente, participe de um fato histórico radical que envolva toda a vida do povo” ²⁵. Essa visão está profundamente em sintonia com Marx que coloca no centro da práxis o protagonismo do “proletariado”, um conceito que abarca todos os setores explorados pelo capital e submetidos às diversas formas de poder (não só trabalhadores, mas também os diversos oprimidos, colonizados, desumanizados). São esses “sujeitos”, ou seja, os sujeitados e “subalternos”, que podem criar um movimento histórico-político *real*, revolucionar “o estado atual das coisas” e superar o sistema dominante ²⁶. Suas manifestações, como observa M. Urbano, nem sempre nascem de um centro de operações e de uma estratégia política previamente traçada: “Pode-se argumentar que sem organizações revolucionárias não há revolução que possa prevalecer e sobreviver. Mas, a história nos ensina que a irrupção de uma revolução é sempre imprevisível, sem data no calendário, e que é na luta contra a velha ordem que se forja o partido revolucionário como sujeito e garantia de um futuro ainda nebuloso” ²⁷. Uma realidade, na verdade, comprovada pela extensa história das revoluções realizadas, em sua esmagadora maioria, por setores subalternos nas regiões periféricas.

Na galáxia atual dos subalternos e das periferias

No contexto histórico atual, os “grupos sociais subalternos” formam uma realidade mais complexa e assumem configurações mais diversificadas em comparação com o tempo de Gramsci. Embora subjugadas, as fermentações e as “irrupções” que emergem das periferias ganham intensidade, continuidade e “centralidade” no jogo das relações de forças que se enfrentam na multiforme arena política dos nossos dias. Além de apontar contradições econômicas e estruturais, tais movimentos desencadeiam também pressões sobre candentes problemas sociais, étnicos, culturais, ecológicos, atacam

as novas lógicas do poder, o monopólio da informação e do conhecimento, conscientes de que a produção material e simbólica forma uma unidade indissolúvel. Antenas muito sensíveis das contradições existentes, conseguem conjugar local e mundialmente diversas frentes de luta, desenvolvendo uma consciência planetária que esboça propostas alternativas de sociedade.

Na América Latina, entre os diversos “grupos subalternos”, deve ser sinalizada a marcante insurgência dos índios, a “potência plebéia”²⁸ que renasce apesar das práticas de genocídio do colonialismo; o protagonismo de muitos movimentos dos negros; as organizações que nascem nas lutas pela terra (Via Campesina, MST, MAB, Pequenos Agricultores, seringueiros e pescadores); as numerosas mobilizações pelos direitos em diversos segmentos sociais e culturais. Considerados superados e em desaparecimento pela marcha inexorável da modernização, esses e outros grupos emergem hoje de forma significativa na cena política nacional e internacional, ampliam os espaços de enfrentamento, introduzem valorosamente reivindicações políticas e sociais que se constituem em verdadeiros fermentos revolucionários²⁹. Tais expressões não são focos isolados e passageiros, mas parte ativa de uma complexa sociedade civil que se afirma com forte influência não apenas por meio de sindicatos, partidos e organizações corporativas.

A grande galáxia dos atuais “grupos sociais subalternos” não pode, portanto, ser simplificada e classificada exclusivamente dentro dos parâmetros clássicos de “classe operária”, de “camponeses”, “trabalhadores assalariados”, menos ainda de “lumpen”, de “massa” ou “multidão”³⁰. No interior dessa nebulosa há um leque muito grande de grupos e expressões que precisa estudar com métodos apurados, analisar caso a caso e em conexão com o contexto histórico e político. Entre eles, certamente, há revoltas passageiras, manifestações meteóricas e descontentamentos sem nenhuma perspectiva política e organização. Não faltam casos em que oportunistas e aventureiros procuram manipular as rebeliões e criar um ambiente adverso aos próprios interesses populares. Há também grupos que se juntam apenas em torno de reivindicações pontuais, para reclamar vantagens corporativas e reformas que, no fundo, servem para melhorar e fortalecer o sistema. Mas, há muitos subalternos agrupados em organizações mais estruturadas, em movimentos sociais e populares com um considerável histórico de lutas e elaborados projetos de sociedade.

A intensidade política desse universo, as múltiplas formas destemidas que assumiram suas lutas sociais levam a questionar se a “classe instrumental” (os subalternos mais valorizados, os operários alocados nas fábricas, os profissionais nas empresas, nos setores mais avançados do capitalismo, nos empregos públicos etc, com salários e benefícios satisfatórios) desempenha ainda papel preponderante na política e representa a ponta mais avançada na transformação da sociedade; se os movimentos, as organizações e associações populares, que se lançam nas linhas mais candentes dos enfrentamentos sociais, se encontram em um estágio de imaturidade e de inferioridade em relação à estruturação dos partidos tradicionais e dos sindicatos; se ocupam uma posição menos significativa na cena política e são incapazes de se auto-determinar; se as organizações que militam no campo e na floresta, nas favelas e nos setores mais desqualificados das cidades devem ser considerados a reboque do que acontece no “centro”;

se as convulsões e os levantes em diversos países periféricos e semi-periféricos ocorrem “à margem da história”.

Tal como Marx, Gramsci reconhece que os setores que lidam direta e cotidianamente com os reflexos mais nefastos do sistema sentem agudamente as suas contradições. Como feridas abertas denunciam mais nitidamente a falência do modelo predominante e fermentam a seu modo caminhos de mudanças e de revolução, embora envoltos em muitas fragilidades e ambigüidades. Por isso, Gramsci dedica grandes atenções ao que acontece e se produz no mundo “molecular” dos subalternos, nas lutas locais e nacionais, no senso comum, na cultura, na linguagem, na religião dos “simples”, no “espírito popular criativo”, nos levantes populares das regiões marginalizadas. Mesmo ciente da fragmentação e dos perigos que rondam esse universo, considera de “valor inestimável” suas iniciativas e pondera que o próprio folclore dos “grupos sociais subalternos” “não deve ser entendido como bizarria... mas como uma coisa séria”³¹. Embora confusa e embrionária, de fato, nas expressões populares há “uma concepção de mundo” a ser estudada, depurada e educada. Entende-se, então, porque Gramsci cogita que o intelectual de “novo tipo” não pode desqualificar e ignorar as revoltas caóticas e as manifestações impetuosas, mas deve aprender a enxergar os sinais do novo na “impureza” das suas ações, a “buscar o consenso ativo e direto, a participação das singularidades individuais, embora isso acarrete uma aparência de desagregação e de tumulto”, da mesma forma que “uma orquestra que está ensaiando, com cada instrumento por sua conta, dá a impressão da mais horrível cacofonia”³².

É a partir dessa realidade convulsionada, mas viva e real, que Gramsci pensa e organiza a política e a função do partido. Sem se limitar a criticar a fragmentação, o imediatismo e o voluntarismo que afeta muitas ações populares, Gramsci aponta para a necessidade de costurar as irrupções da praça com um projeto político mais global, incentiva a analisar atentamente a realidade em todos os seus aspectos, de modo a transformar a energia das sublevações dos subalternos, os protestos e as manifestações de revolta das periferias em força política organizada capaz de enfrentar efetivamente o poder das classes dominantes e construir uma hegemonia alternativa de caráter democrático e popular. Tal objetivo se alcança, não apenas com o “espírito de ruptura” em relação à dominação, mas principalmente com a capacidade de articulação e de fortalecimento das “forças inovadoras dos grupos subalternos” para que possam fundar e dirigir “um novo tipo de Estado”³³. Unicamente por esse caminho será possível sair da subalternidade e conquistar a “autonomia integral”, ou seja, o auto-governo que permite às classes populares criar uma nova civilização em todos os seus aspectos, tanto econômicos e sociais como políticos e culturais³⁴.

A alternativa que desponta dos sub-alternos e das peri-ferias

Ao resgatar a autonomia dos “subalternos” e o protagonismo das periferias, Gramsci vai além dos horizontes determinados pela burguesa e aprofunda os pontos mais originários do marxismo. Recupera e desenvolve as raízes mais revolucionárias da política moderna que se constitui sobre a universalidade dos direitos e a titularidade do poder popular. Neste sentido, os *Cadernos do cárcere* não se dedicam apenas à crítica do complexo universo hegemônico estabelecido pelas classes dominantes, mas traçam os caminhos

para uma teoria política dos subalternos, desenham um projeto alternativo de mundo construído a partir de sujeitos políticos que se organizam para sair do “velho quadro” da burguesia estruturado sobre a divisão das classes, sobre a estrutura inquestionável de comando-obediência, governante-governado, dirigente-dirigido, sobre o trabalho mecanizado pelo “americanismo e fordismo”, a separação centro-periferia, a guerra e a repressão, o fascismo e a Igreja, a escola tradicional e o sistema de manipulação cultural. “Subalterno”, assim, é um termo que em Gramsci remete a uma relação e se explica com o outro termo que forma um par conceitual dicotômico: o superior, o chefe, o patrão, a hierarquia, o governante, o dominante que açambarca o poder material e imaterial. Juntamente com a dominação econômica e a irracionalidade do capitalismo, Gramsci questiona e revoluciona as formas de subjetividades nele criadas, mostrando que não são “naturais” e imutáveis, mas históricas e, portanto, superáveis. No seu lugar, introduz a perspectiva inaudita do auto-governo dos “subalternos” que com seus intelectuais e suas organizações aprendem a construir uma hegemonia sobre outro tipo de relações: dialéticas, democráticas, públicas e pedagógicas.

Foucault, mais tarde, irá extrair diversos elementos dessa visão quando estabelece a equação entre fábrica – caserna – convento – prisões – hospícios – escolas - empresas, organizações e instituições modeladas pela ideologia racionalizadora e repressora da burguesia que impregna todas as relações sociais, impõe o disciplinamento dos corpos e amolda os discursos hierarquizados de poder³⁵. No entanto, para além das críticas e do anarquismo fomentados por Foucault, Gramsci está convencido de que para romper a relação vertical e autoritária e superar a estrutura de dominação (em todas as suas formas “moleculares”) não é suficiente a rebeldia e a vontade de demolição. A tarefa mais difícil e necessária é aprender a lutar conjunta e politicamente para passar da condição de dirigidos à de “dirigentes”, de modo a construir historicamente uma “hegemonia” democrático-popular, realizada e conduzida pelas classes subalternas que “querem educar a si mesmas para a arte do governo e têm interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis e evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e ainda mais de si mesmos”³⁶. A efetiva ruptura do poder fundado sobre a “insuperável” estrutura superior-inferior não é possível apenas com surtos de revoltas contra a elite ou com a abdicação do poder, mas, positivamente, com a luta política organizada dos subalternos para assumi-lo, socializá-lo inteiramente, torná-lo público e promotor de vida. Gramsci, neste sentido, não se afina com as teorias anárquicas nem com um pluralismo amorfo e relativista que pensa ser possível “transformar o mundo sem tomar o poder”³⁷. Ao contrário, está convencido de que é necessário organizar-se politicamente, conhecer profundamente as forças e contradições que operam no mundo, ter um plano definido para combater o velho sistema e ser capaz de fazer germinar uma nova concepção de “hegemonia que só pode nascer depois de algumas premissas, ou seja: as grande organizações populares de tipo moderno, que representam as ‘trincheiras’ e as fortificações permanentes da guerra de posição”³⁸.

Tal visão revoluciona radicalmente a concepção atávica que leva a entender a sociedade de forma inevitavelmente hierárquica, a aceitar obviamente a ordem estabelecida, modernizada pelas teorias elitistas do liberalismo que se configura como “comunidade dos senhores” e promove a formação de um “espaço

sagrado” separado do ameaçador “espaço profano” destinado aos trabalhadores, aos subalternos e escravos ³⁹. Essa reedição do pré-moderno, hoje, pode ser observada não só nos mecanismos de transferência de riquezas drenados dos países periféricos para o centro, pela intensificação da indústria bélica e armamentista, mas, pelo crescente poder privado que “subalterniza” o Estado, pelo império da economia que marginaliza o público e neutraliza a política.

Em aberta oposição a essa visão, Gramsci toma partido pelos subalternos e as periferias não porque são pobres, indefesos e abandonados - como sustentam diversas visões de cunho religioso e sentimental que alimentam paternalismo e populismo -, mas porque convencido de que só a efetiva soberania popular é capaz de realizar plenamente a democracia e o livre desenvolvimento de todas as potencialidades da sociedade. Na alternativa revolucionária desenhada por Gramsci, portanto, há uma profunda sintonia com a etimologia de “sub-alterno”, cujo significado deixa entender a emergência do outro (alter) que está em baixo (sub). A insurgência de quem ocupa uma posição inferior, sim, mas que é dialeticamente “outro”, imprevisível, surpreendente e indomável, outro termo de uma relação desigual, mas nem por isso incapaz de iniciativa, de aprender a “pensar, estudar, dirigir ou controlar quem o dirige” ⁴⁰. Uma verdadeira alternativa, para Gramsci, só pode surgir dos que sofrem duramente as contradições do sistema. Porque, justamente pelo fato de ocupar um outro lugar em relação ao centro despótico, têm a possibilidade de criar propostas inauditas a partir da peri-feria, ou seja, do perímetro definido pelo centro, da margem além da qual, incapaz de ir, o sistema encontra os limites que o cercam, questionam, pressionam e ameaçam, como os “bárbaros” às portas do império.

Na crise atual, sistêmica e global, crescentes setores de subalternos e periferias se dão conta de que o modelo vigente é catastrófico e insustentável e que mais do que um mundo “multipolar”, de equilíbrio de forças, de contraponto ou contrapeso de poderes, se faz necessária uma mudança radical. Quando é “estrutural” ou “orgânica”, como a define Gramsci, a crise não é mais resolvível no âmbito da mesma formação social em que é determinada: “só pode ser superada construindo uma nova estrutura” ⁴¹, um novo modo de produção e novas relações sociais. Ainda que suas margens de desenvolvimento sejam relevantes e suas forças ideológicas perdurarem por muito tempo, a burguesia que foi “nova” diante da “velha sociedade” emite sinais de estar historicamente superada diante dos “grupos novíssimos” que hoje retomam fôlego por toda parte ⁴². Estes, percebem, cada vez mais, que o “centro” é “auto-centrado”, dobrado sobre si e aterrorizado com sua sobrevivência, não com a expansão dos direitos universais e a democracia real. Enquanto essa cegueira aumenta, “a margem adquire uma vantagem epistemológica sobre o centro e, talvez, os seus mapeamentos cognitivos sejam mais reveladores, ricos e interessantes que os disponíveis nos centros de poder”⁴³. Mas, como se sabe, toda a epistemologia não emana por si só. Ela se origina essencialmente de classes e lugares sociais determinados, de problemas concretos e de árduos embates políticos. É na disputa pela hegemonia, afirma Gramsci, que se adquire consciência de si, se chega a uma outra concepção de mundo e a “uma consciência ‘teórica’, criadora de valores históricos e institucionais, fundadora de Estados” ⁴⁴.

Com todos os riscos, debilidades e contradições existentes nas muitas mobilizações das periferias e dos subalternos, as indicações de Gramsci apontam claramente que é necessário aprender sempre a recriar a “grande” política, aquela capaz de se envolver corajosa, dialética e pedagogicamente com todos os movimentos que colocam em questão o sistema-mundo estruturado sobre a concentração econômica e o poderio militar das “grandes potências”, sobre a divisão do trabalho e das classes, a geopolítica de países satélites que reproduzem essa concepção, os organismos “unilaterais” e as reuniões de cúpulas, os monopólios e os segredos financeiros, judiciais, científicos e tecnológicos, sobre todas as estruturas, os espaços e as relações que geram “subalternos e periferias”.

Bibliografia

- BARATTA, G., *Antonio Gramsci in contrappunto. Dialoghi col presente*, Roma, Carocci, 2007.
- BURGIO, A., *Per Gramsci. Crisi e potenza del moderno*, Roma, Derive/Approdi, 2007.
- BUTTIGIEG, J. A., “I ‘subalterni’ nel pensiero di Gramsci”, in A. Burgio - A.A. Santucci (orgs), *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*, Roma, Editori Riuniti, 1999.
- CHAMBERS, I., “Il Sud, il subalterno e la sfida critica” in Id (org.), *Esercizi di potere. Gramsci, Said e il postcoloniale*, Milano, Meltemi, 2006.
- Gramsci, A., *Quaderni del carcere*, a cura di Valentino Gerratana, 4 vols, Torino, Einaudi, 1975.
- _____, *L'Ordine Nuovo*, Torino, Einaudi, 1971.
- _____, “Alguns temas da questão meridional”, in Id., *A questão meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.
- HALLOWAY, J., *Cambiar el mundo sin tomar el poder*, Buenos Aires, Ed. Herramienta, 2002.
- JAMESON, F., *A virada cultural: reflexões sobre o Pós-Moderno*, São Paulo, Civilização Brasileira, 2006.
- LINERA, A. G., *A potência plebéia, ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*, São Paulo, Boitempo, 2010.
- LOSURDO, D., *Contra-história do liberalismo*, Aparecida/SP, Idéias e Letras, 2006.
- MARX, K.; ENGELS, F., *A ideologia alemã*, São Paulo, Martins Fontes, 1998.
- NEGRI, A., *Cinco lições sobre império*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- _____, *Kairòs, Alma Vénus, Multitudo*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003.
- RODRIGUES, U. M., “Da angústia às rupturas”, in **Brasil de Fato**, 22 a 28/09/2011.
- SAID, W. E., *Orientalismo, immagine europea dell'Oriente*, Milano, Feltrinelli, 2001.
- SCHIRRU, G., *Gramsci, le culture e il mondo*, Roma, Viella, 2007.
- VIEIRA, F.B., *Dos proletários unidos à globalização da esperança. Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*, São Paulo, Alameda, 2011.

¹ Giovanni Semeraro, Prof. Associado de Filosofia da Educação na Universidade Federal Fluminense (UFF - Niterói/Rio de Janeiro), de Graduação e Pós-Graduação, autor de varios livros e artigos, pesquisador do CNPq e coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Filosofia, Política e Educação (NUFIPE)

² Gramsci, A., “Alguns temas da questão meridional”, in Id., *A questão meridional*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

³ Gramsci, A., *Quaderni del carcere*, a cura di Valentino Gerratana, 4 vols, Torino, Einaudi, 1975, Q 25, §2, p.2283-4. Com base nessa edição crítica completa, os *Cadernos do cárcere*, de agora em diante, serão citados com Q, seguido pelo número do caderno, do parágrafo e da página, de modo a facilitar a localização nas traduções brasileiras.

- ⁴ Veja-se, a respeito, os estudos de um dos pioneiros sobre o assunto: J. A. Buttigieg, “I ‘subalterni’ nel pensiero di Gramsci”, in: *Gramsci e la rivoluzione in Occidente*, a cura di A. Burgio-A.A. Santucci, Roma, Editori Riuniti, 1999, pp. 193-205.
- ⁵ Q 19, § 24, pp.2022-3. Páginas que precisaria ler por extenso porque Gramsci denuncia abertamente que o “desenvolvimento econômico-industrial do Norte estava na relação direta com o empobrecimento da economia e da agricultura do Sul” e que no Norte da Itália era difusa a convicção de que as causas da miséria do Sul eram “ínatas na população”, devido à sua “incapacidade orgânica, à sua barbárie, à sua inferioridade biológica. Opiniões... consolidadas e até teorizadas por sociólogos do positivismo... que assumem a força de ‘verdade científicas’ em um tempo de superstição da ciência”.
- ⁶ Q 2, § 25, pp.181-2.
- ⁷ Q 4, § 49, pp. 481-2; Q 12, § 1, pp.1528-30.
- ⁸ Q 11, § 48, p.1470.
- ⁹ Q 15, § 61, p.1826.
- ¹⁰ Gramsci, A. *L’Ordine Nuovo*, Torino, Einaudi, 1971, p. 240.
- ¹¹ Q 11, § 1, p.1366-8.
- ¹² Losurdo, D., *Contra-história do liberalismo*, Aparecida/SP, Idéias e Letras, 2006, particularmente nas pp. 47-73.
- ¹³ Q 11, § 67, p. 1505.
- ¹⁴ Baratta, G., *Antonio Gramsci in contrappunto. Dialoghi col presente*, Roma, Carocci, 2007, p. 128.
- ¹⁵ Q 10, II, § 54, p.1343.
- ¹⁶ Chambers, I., “Il Sud, il subalterno e la sfida critica” in Id (org.), *Esercizi di potere. Gramsci, Said e il postcoloniale*, Milano, Meltemi, 2006, p. 9.
- ¹⁷ Said, W. E., *Orientalismo, immagine europea dell’Oriente*, Milano, Feltrinelli, 2001.
- ¹⁸ Além de E. Said, aqui mencionamos apenas alguns outros notórios autores: S. Hall, R. Williams, R. Guha, G. Spivak, S. Sarkar, etc. Sinalizamos, a esse respeito, o livro organizado por G. Schirru, *Gramsci, le culture e il mondo*, Roma, Viella, 2007, contendo as atas do Congresso homônimo realizado em Roma, em abril de 2007.
- ¹⁹ Referências a Gramsci se encontram em P. Freire, E. Dussel, C. e L. Boff, mas, também em A. Quijano, E. Lander, W. Mignolo, etc.
- ²⁰ Baratta, G., *A. Gramsci in Contrappunto*, op. cit., p.121-2.
- ²¹ Q 22, § 10, p. 2161.
- ²² Q 3, § 48, pp. 330-331.
- ²³ Q 8, § 25, p.957
- ²⁴ Q 13, § 23, p.1603-1604.
- ²⁵ Q 6, § 162, p. 816.
- ²⁶ Marx, K.- Engels, F., *A ideologia alemã*, São Paulo, Martins Fontes, 1998, p.32.
- ²⁷ Urbano M. Rodrigues, “Da angústia às rupturas”, in **Brasil de Fato**, 22 a 28/09/2011, p. 3.
- ²⁸ Linera, A. G., *A potência plebéia, ação coletiva e identidades indígenas, operárias e populares na Bolívia*, São Paulo, Boitempo, 2010.
- ²⁹ Vieira, F.B., *Dos proletários unidos à globalização da esperança. Um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*, São Paulo, Alameda, 2011.
- ³⁰ Ver, a respeito, particularmente os livros de A. Negri, *Cinco lições sobre império*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003, pp.139-163 e *Kairòs, Alma Vênus, Multidão*, Rio de Janeiro, DP&A, 2003, pp.171ss.
- ³¹ Q 27, § 1, p. 2314.
- ³² Q 15, § 13, 1771.
- ³³ Q 13, § 21, p. 1601; Q 13, § 17, pp.1583-4; Q 25, § 5, pp.2288-9.

³⁴ Q 6, § 116, p.787; Q 8, § 130, p. 1020.

³⁵ Na *História da loucura* e em diversos outros escritos, Foucault recupera a gênese dos hospitais psiquiátricos, dos guetos, das prisões, dos lugares onde o capitalismo resolveu recolher não apenas os loucos, mas também os pobres, parasitas e perigosos. Ao tentar controlar os que não se adaptavam aos seus planos e ao se proteger dos surtos da “des-razão”, a razão moderna se fechava na sua fortaleza. Desse modo, a “arqueologia” do Outro revela a natureza do Mesmo e, assim como a arqueologia do saber é a outra face da genealogia do poder, a “loucura” das margens e a dispersão da periferia denunciam a esquizofrenia e a falência do Centro.

³⁶ Q 10, § 41, p. 1320.

³⁷ Hallaway, J., *Cambiar el mundo sin tomar el poder*, Buenos Aires, Ed. Herramienta-Universidad de Puebla, 2002.

³⁸ Q 8, § 52, p. 973.

³⁹ Losurdo, D., *op. cit.*, pp. 311-325.

⁴⁰ Q 12, § 2, p. 1547.

⁴¹ Q 14, §57, p. 1716.

⁴² Burgio, A., *Per Gramsci. Crisi e potenza del moderno*, Roma, Derive/Approdi, 2007, pp.69-77.

⁴³ Jameson, F., *A virada cultural: reflexões sobre o Pós-Moderno*, São Paulo, Civilização Brasileira, 2006, p 187.

⁴⁴ Q 3, § 48, p.330.

Recebido em: 23/04/2012

Publicado em: 05/2013